



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES

**ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na sala 114 do Conselho Nacional de Educação, teve início a septuagésima quarta Reunião Ordinária da CONAES, com a presença dos membros da CONAES: **Senhor Sérgio Roberto Kieling Franco** (Presidente); **Senhora Malvina Tânia Tuttman** (INEP/MEC); **Senhor Adalberto Grassi Carvalho** (CAPES/MEC); **Senhor Paulo Roberto Wollinger** (SESU/MEC); **Senhor Hélio Chaves Filho** (SEED/MEC); **Andréa Andrade** (SETEC/MEC); **Senhor Robert Evan Verhine** (Notório Saber); **Senhora Maria Clara Kaschny Schneider** (Notório Saber); **Senhor Marcelo Knobel** (Notório Saber); **Senhor Guilherme Marback Neto** (Notório Saber); **Senhor Reginaldo Alberto Meloni** (Representante do Corpo Docente); **Senhor Sandro Oliveira Pimentel** (Representante do Corpo Técnico Administrativo); **Senhora Claudia Maffini Griboski** (INEP/MEC); **Senhor Luís Fernando Massonetto** (futuro titular da Secretaria de Regulação e Supervisão do MEC); **Senhora Suzana Schwerz Funghetto** (INEP/MEC); **Senhora Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois** (Secretária Executiva da CONAES). A sessão iniciou-se com a apresentação do Senhor Luis Fernando Massonetto, o qual descreveu os trabalhos que a Secretaria de Regulação e Supervisão, embora ainda não constituída oficialmente, tem realizado. Relatou que a referida secretaria tem desenvolvido um trabalho de comparação entre os dados do Censo da Educação Superior e a relação dos alunos que realizaram ENADE, a fim de se verificar as discrepâncias existentes. Além disso, ressaltou que não descontinuará o trabalho desenvolvido pelos antigos gestores e enfatizou o ganho que o MEC terá com a criação de uma inteligência regulatória, da qual a CONAES faz parte. O Presidente da CONAES explicou que ainda há o desafio da clara distinção entre os conceitos de regulação, supervisão e avaliação. Ressaltou que a CONAES tem o papel de ajudar a secretaria no entendimento desses conceitos. Enfatizou que é preciso fazer, constantemente, estudos para melhorar as reflexões, a fim de que se possa orientar as secretarias adequadamente. Acerca das **justificativas das ausências**, o Senhor Sérgio Franco pontuou que a Senhora Laís Pinto (Representante do Corpo Docente) não pôde comparecer, porque deverá se desligar da CONAES e a União Nacional dos Estudantes (UNE) indicará um novo nome para compor a Comissão. Ademais, apresentou o Senhor Adalberto Grassi, que é o novo representante da CAPES na CONAES. O Senhor Adalberto Grassi apresentou-se relatando que já trabalhou na CONAES em 2004, auxiliando na parte administrativa, e que, agora, está como membro. Relatou estar na CAPES desde 2008 e que, também, participa da CTAA. Sobre os **informes iniciais**, o Senhor Sérgio Franco relatou que esteve em uma reunião sobre um projeto para a criação de indicadores de qualidade por meio de um consórcio das universidades. Explicou que, atualmente, no Brasil participam desse projeto apenas três instituições. Mas, a ideia é de que sejam 20 instituições do Brasil participando dentro de um prazo de três anos. A Senhora Malvina Tuttman relatou que participou de uma reunião, em Bogotá, na qual foram estabelecidas metas e indicadores para o século XXI. Relatou que foi criado um Instituto de Avaliação, que vai, anualmente, apresentar um relatório do andamento dessas metas. O Senhor Robert Verhine relatou que a Comissão que está avaliando a entrada do ENEM no lugar do ENADE de ingressantes levantou 3 grandes questões: 1ª)

STJ

JK

me

R

110

A motivação do aluno para realizar o ENEM é diferente da motivação para realizar o ENADE. O aluno que realiza ENEM está motivado para entrar na Universidade, já o que realiza o ENADE não tem essa mesma motivação. Explicou que esse fato implicará pontuações diferentes e, conseqüentemente, avaliações diferentes para as instituições que ora fizerem uso de um, ora do outro exame. O IDD será diferente. 2ª) Outro ponto diz respeito à questão da dificuldade em se compatibilizar os exames ENEM e ENADE para ingressantes. Explicou que as bases de itens do ENEM e do ENADE são diferentes. Argumentou que haverá um trabalho, por parte do INEP, para criar essas avaliações; 3) Outra questão diz respeito ao ENADE para concluinte. Questionou como ele seria elaborado. Explicou que está em discussão outro formato: 50 perguntas para esse ENADE, ao invés de 40, acrescentando-se 10 perguntas focadas em aspectos gerais da área específicas. A Senhora Cláudia Griboski explicou que, realmente, há um impacto no resultado da avaliação com o uso ora do ENEM, ora do ENADE. Ressaltou que serão 34 novas provas a serem elaboradas. Relatou que o processo está com um gargalo, que não será desfeito se não houver definição de como serão essas provas. Explicou que estão realizando um estudo do cálculo do IDD. Ressaltou que o grupo aguarda o resultado do estudo para dar andamento ao trabalho. O Presidente da CONAES descreveu duas linhas de pensamento: 1) A importância de se realizar mudanças com segurança, o que, talvez, implicaria manter a metodologia do processo avaliativo como está, para quando for ocorrer a mudança, essa se efetivar com mais segurança. 2) Outro ponto importante é a necessidade de se apresentar índices referentes à avaliação da educação superior. Considerou que o IDD e o IGC são bons índices, até mesmo o CPC, quando podem ser aplicados. Ao mesmo tempo questionou sobre o peso que determinados índices acabam tendo, seja na tomada de posições, seja na composição de índices secundários. A Senhora Andréa Andrade pontuou que 85% das decisões da SETEC são tomadas com bases em índices. Ressaltou que isso é preocupante. Sugeriu que os índices fossem avaliados periodicamente. O Senhor Sérgio Franco pontuou que todos esses questionamentos envolvem processos de longo prazo e pessoas e que, portanto, não se pode ser apressado nas tomadas de decisões. Acerca do primeiro ponto da ordem do dia: **Análise da Portaria nº 40, por destaques**, a Senhora Andréa Andrade pontuou que no Capítulo 2, talvez fosse necessário atualizar colocando a nova Secretaria criada: Secretaria de Regulação e Supervisão. O Presidente da CONAES lembrou a diferença entre regulação e avaliação, mas declarou que o destaque foi registrado. No Capítulo 1, Sessão 3, a Senhora Andréa Andrade relatou que no artigo 11, parágrafo primeiro, está descrito que não serão aceitas alterações após o protocolo, contudo, na prática, ocorrem mudanças sim. Apesar disso, pontuou ser uma questão operacional e que, talvez, mudanças não fossem necessárias. O Senhor Sérgio Franco, diante do Artigo 11-A, parágrafo quarto, questionou se uma instituição pode ter IGC, sem possuir CI. O Senhor Paulo Wollinger confirmou que sim. A Senhora Andréa Andrade pontuou que é necessário definir quando há prevalência entre os índices, bem como a periodicidade e caducidade desses, ou seja, é necessário uma arquitetura de sistemas de índices. O Senhor Luís Massonetto argumentou que a regulação é feita por presunção e que na ausência do IGC é necessária a visita *in loco*. A Senhora Andréa Andrade reforçou que é necessário clarear quando os índices devem ser utilizados. O Senhor Hélio Chaves pontuou que a demora no trâmite dos processos acarretam problemas à avaliação das instituições. Sugeriu também alterações no sistema do INEP. A Senhora Cláudia Griboski descreveu que, às vezes, a avaliação demora 4 a 5 anos e que o sistema permite que seja protocolado um novo projeto pedagógico, durante esse prazo, porque acredita-se que esse projeto já tenha sido atualizado no decorrer desse tempo. Pontuou que o INEP está avaliando ainda processos de 2007. O Presidente da CONAES sugeriu que seja feito um estudo sobre a distinção entre conceitos e índices. A Senhora Andréa Andrade pontuou que a leitura da Portaria nº 40 possibilita a visualização de processos de curto prazo, mas não de processos de longo prazo. A Senhora Malvina Tuttman esclareceu a necessidade de se retirar da reunião, bem como Luís Massonetto. O Senhor Paulo Wollinger questionou por que se deve escolher entre índice, ou conceito. Esclareceu que visualiza o SINAES com três dimensões, na qual uma é a Avaliação Institucional (que descreve o contexto educacional), outra é a Avaliação de Curso (que mede o ensino) e, por fim, o ENADE (que avalia a aprendizagem). Explicou que essas dimensões devem ser analisadas em conjunto, mas não

10/10

1/2
mkt

1/2
1/2

sobrepondo-se uma a outra. Sugeriu que, talvez, seja necessário construir um outro conceito que seja capaz de juntá-los. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que fosse feito um exercício para avaliar os conceitos, índices e o que eles estão medindo. O Senhor Robert Verhine sugeriu que o INEP pudesse disponibilizar um técnico para realizar as análises dos índices e conceitos. A Senhora Cláudia Griboski relatou que irá verificar a possibilidade de se realizar o estudo pelo próprio INEP, ou por meio de contratação. Contudo, lembrou a necessidade de se cumprir os prazos do ciclo. O Senhor Hélio Chaves relatou que os processos caducados devem ser reabertos. Além disso, ressaltou que os indicadores, entre eles o IGC, geram um impacto na avaliação de curso EAD. O Senhor Adalberto Grassi pontuou que os indicadores, principalmente o IGC, impactam na avaliação da pós-graduação e, talvez, esse indicador devesse ser estudado e traduzido com mais clareza. Relatou ter preocupação com relação a esse índice para os cursos de pós-graduação, porque um curso de pós-graduação aprovado "puxa" a média para cima. Explicou que a pós-graduação teve um aumento de 560 propostas anuais para 930. O Senhor Sérgio Franco reiterou que uma comissão realizará estudos sobre os indicadores, após os assinalamentos dos artigos. Passou-se para a discussão da Seção II. O Senhor Guilherme Marback pontuou que no Artigo 14, inciso II, o custo da avaliação dos pólos está elevado. O Senhor Hélio Chaves explicou que não é o tamanho do pólo que define o custo. Além disso, esclareceu que a lógica do EMEC estabelece uma regra que evita esse prejuízo. O Senhor Marcelo Knobel sugeriu que o valor não seja especificado na portaria, mas dizer que esse será regulamentado posteriormente. A respeito do Artigo 16, parágrafo quarto, o Senhor Robert Verhine descreveu que o pagamento deveria ocorrer após adequação do relatório realizado, ao invés de, simplesmente, após atestado o trabalho. A Senhora Cláudia Griboski explicou que o termo atestar é necessário. Complementou dizendo que o relatório deverá estar todo preenchido, ainda que incorretamente, para se atestar e se efetivar o pagamento do AE. Explicou que não é possível fazer uma análise da adequação do relatório logo de início. Relatou que se o relatório não é bem feito, ocorre uma recapacitação do profissional. O Senhor Robert Verhine ressaltou que há muitos relatórios mal elaborados. O Senhor Hélio Chaves destacou o artigo 14 sobre a abertura do formulário eletrônico. Relatou que é preciso ter uma coerência entre essa abertura e o processo administrativo, pois pode caracterizar uma segunda instrução processual. O Presidente da CONAES perguntou se há algum destaque na Subseção II. A Senhora Cláudia Griboski pontuou que a recapacitação é uma questão complicada. Explicou que os avaliadores não admitem que precisam ser recapitados. Sugeriu que o avaliador tivesse acesso ao parecer da CTAA e ao relatório novamente, para entender porque eles estão sendo recapitados. Sugeriu ainda que essa fosse a distância. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que houvesse uma recapacitação contínua a todos, até mesmo dos que são competentes em avaliar. Ressaltou que o problema seria os recursos humanos para realizar essas recapacitações, a quantidade de tutores seria enorme. A Senhora Cláudia Griboski pontuou que, muitas vezes, trata-se de uma questão ética, de comportamento e personalidade dos avaliadores e, que, talvez, isso não possa ser treinado em capacitações. Além disso, ressaltou que a recapacitação não deverá ocorrer uma única vez, conforme descrito no artigo, e sim a critério. O Senhor Sérgio Franco perguntou se há destaque na Seção III. O Senhor Hélio Chaves fez um destaque no Artigo 18. Sugeriu que a má instrução do processo, pela IES, implique arquivamento. O Senhor Sérgio Franco fez o destaque. Sobre a Seção IV, o Senhor Hélio Chaves questionou qual é a interlocução, hoje, entre o CNE e a CONAES. O Presidente da CONAES respondeu que, atualmente, nenhuma. O Presidente da CONAES pergunta se há destaques no Capítulo 4 e 5. O Senhor Guilherme Marback questionou se o período de avaliação de 3 anos é fechado. O Senhor Marcelo Knobel concordou, relatou que esse período poderia ser mais dinâmico. A Senhora Cláudia Griboski respondeu que é devido ao ENADE. O Senhor Guilherme Marback afirmou que, com essa periodicidade do ciclo avaliativo, o tempo torna-se pouco para se implementar melhorias. A Senhora Claudia Griboski questionou se é necessária a prova discursiva no ENADE, afirmou que a maioria dos alunos não preenche essa prova. Discutiuse, novamente, a questão da motivação do aluno em realizar o ENADE. Acerca do artigo 33-G, parágrafo oitavo, a Senhora Cláudia Griboski relatou que esse não deveria ter contemplado o parágrafo quarto em seu texto, porque o número de atestados médicos é muito grande e os 2% são

WYU

JK
mks

JK
mks

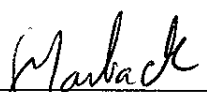
D 1 0 m

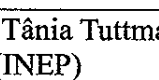
alcançados rapidamente. O Senhor Sérgio Franco pontuou que a questão dos atestados médicos deve ser levada em conta sim, pois pode haver manipulação por parte da instituição na emissão de atestados. O Senhora Cláudia Griboski reforçou que, ao menos, o percentual deve ser recalculado. O Senhor Hélio Chaves destacou que é preciso intensificar as medidas sancionatórias para os casos de instituições que manipulam os dados. O Senhor Paulo Wollinger esclareceu que o estudo comparativo entre o ENADE e o Censo irá destacar as instituições problemáticas. Argumentou que o problema é definir o quantitativo da tolerância e as justificativas das tolerâncias aceitáveis. Reforçou que o percentual de 2% é pequeno. Ressaltou que além do aumento do percentual, deve-se pensar em melhores medidas sancionatórias. O Presidente da CONAES encerrou a discussão do período matutino. À tarde, o Senhor Sérgio Franco explicou a saída do Senhor Robert Verhine da CTAA e solicitou a candidatura de outro membro para compor a referida Comissão. O Senhor Guilherme Marback se prontificou, lembrando que será por um ano a sua participação na CTAA. Dando andamento à reunião, o Senhor Sérgio Franco solicitou que a Senhora Maria Clara Kaschny lesse o seu parecer acerca da inclusão de itens, na avaliação, que tratem de medidas preventivas ou coercitivas aos trotes violentos nas IES, solicitado pelo MPF. A Senhora Maria Clara Kaschny leu o parecer e concluiu relatando existir muitas instituições com trotes solidários e que, por isso, essa questão poderia entrar na avaliação institucional, no indicador que se refere à responsabilidade social. Relatou que nenhum novo indicador seria criado, apenas se inseriria na descrição do indicador a questão da existência de práticas que coíbam o trote violento e incentivem o trote solidário. O Senhor Marcelo Knobel concordou. O Senhor Hélio Chaves sugeriu a troca do termo coercitivo para sancionatório. O Senhor Sérgio Franco ponderou dizendo que se deve ter o cuidado para que nem todas as demandas feitas pela sociedade sejam acatadas, pois isso poderia enviesar a avaliação. Os Senhores Adalberto Grassi e Guilherme Marback concordaram. Relembrou-se que os instrumentos foram enxugados e que se deve tomar cuidado para não expandi-lo novamente. O Senhor Marcelo Knobel argumentou que alguns indicadores são redundantes e poderiam ser retirados da avaliação, possibilitando a entrada de indicadores como esse. A Senhora Andréa Andrade argumentou que, em sua opinião, esse indicador não deveria fazer parte da avaliação. Explicou que um item como esse iria diluir outros que, realmente, avaliam a educação. Complementou dizendo que o trote é uma questão cultural e de educação, não de avaliação da qualidade do curso ou instituição. Ressaltou que a moda do instrumento é 4 e itens que podem ser facilmente "maquiados" elevam a moda, tornando crítica a situação do instrumento. O Presidente da CONAES encerrou a discussão apontando que a decisão de como será incluído o tema do trote nos instrumentos será tomada quando for discutido o instrumento de avaliação institucional. Iniciou-se outro tema da pauta: **Revisão dos Instrumentos do SINAES**. O Senhor Sérgio Franco lembrou que as áreas do item 2.3 são as áreas da CAPES. O Senhor Adalberto Grassi pontuou que as áreas da CAPES estão sendo rearranjadas. O Senhor Sérgio Franco considerou adequado colocar em votação a permanência, ou não, do indicador 2.3. Sete membros votaram pela retirada do indicador, cinco votaram pela permanência. Decidiu-se pela exclusão do indicador. Acerca do indicador 2.4 considerou-se que a expressão adequada seria curso a distância. A respeito do indicador 2.8, o Senhor Guilherme Marback pontuou que estão descritos alguns percentuais maiores do que exige a legislação. O Senhor Marcelo Knobel questionou porque o percentual do conceito um é 15% e não, 10% ou 20%. A Senhora Andréa Andrade pontuou que para alguns indicadores é necessário o cálculo da média e da moda. A Senhora Suzana Funghetto explicou que estudos estão sendo realizado no INEP sobre esse assunto. A Senhora Andréa Andrade retificou dizendo ser isso importante para a calibragem dos instrumentos. O Senhor Sérgio Franco fez a leitura do Censo da Educação Superior de 2009, no que diz respeito ao percentual de professores com titulação de mestres e doutores nas IES. A Senhora Andréa Andrade pontuou que o próprio Censo já derrubaria o instrumento, mostrando que ele está descalibrado. Relembrou-se que a região influencia a concentração de mestres e doutores, por exemplo, no Norte, especificamente no Acre, existem poucos mestres e doutores. Além disso, ressaltou-se que alguns cursos possuem maior concentração de mestres e doutores, por exemplo direito, em contrapartida, em artes, quase não se possui doutores. A Senhora Suzana Funghetto leu os dados do INEP relativos aos processos de autorização,


credenciamento e recredenciamento, informando a quantidade de cursos que obtiveram conceitos 4 ou 5, no indicador 2.8. O Senhor Adalberto Grassi leu o quantitativo de mestres e doutores formados nos últimos três anos. Após discussão, considerou-se adequado que o INEP realize estudos para que o indicador 2.8 seja descrito da melhor forma possível. O Senhor Paulo Wollinger relatou que por causa da curva normal é preciso sempre se calibrar o instrumento. Explicou que a régua tem que ir apertando. O Senhor Sérgio Franco considerou que os indicadores 2.9 e 2.10 também necessitam de estudos pelo INEP. Quanto ao indicador 2.13, o Senhor Robert Verhine relatou que existe a situação de que um professor produz muito, enquanto outros, nada. O Senhor Adalberto Grassi pontuou que essa produção tem que ser equilibrada entre os docentes permanentes. O Senhor Marcelo Knobel considerou pouca uma produção, em três anos. O Senhor Hélio Chaves sugeriu que o conceito não fosse descrito em número absoluto, mas sim, em percentual. A Senhora Andréa Andrade, também, considerou pouca a produção, para três anos. Questionou-se se seria conveniente modificar a periodicidade. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que no conceito um fosse descrito que 80% do corpo docente não tem, pelo menos, 3 publicação em média anual; no conceito dois fosse descrito, pelo menos, 3 publicações; no conceito três, pelo menos 6; no conceito quatro, pelo menos 9; no conceito cinco, pelo menos 12. O Senhor Sérgio Franco solicitou que o INEP faça estudos para verificar a adequação do que foi estabelecido nos conceitos dos indicadores. O Senhor Hélio Chaves constatou a ausência dos indicadores 2.16 e 2.17. Tendo em vista o horário, o Presidente da COANES decidiu terminar a reunião. E não havendo nada mais na proposta de pauta que pudesse ser desenvolvido na reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e eu, Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois, para tudo constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes, depois de lida e aprovada.

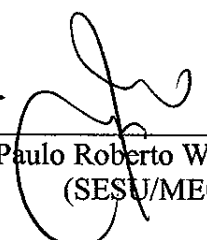
Brasília, 12 de abril de 2011.

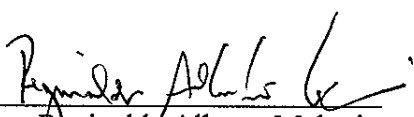

Sérgio Roberto Kieling Franco
(Presidente)

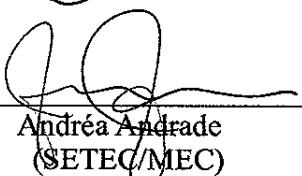

Guilherme Marback Neto
(Notório Saber)


Malvina Tânia Tuttman
(INEP)

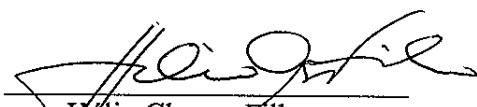

Marcelo Knobel
(Notório Saber)

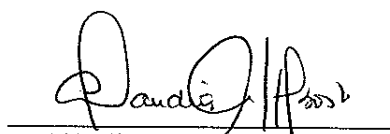

Paulo Roberto Wollinger
(SESU/MEC)

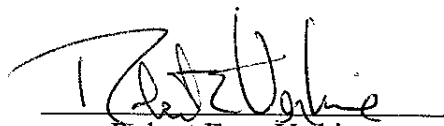

Reginaldo Alberto Meloni
(Representante do Corpo Docente)

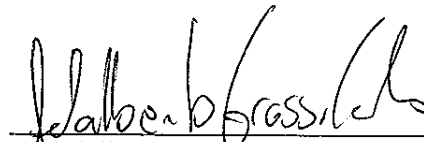

Andréa Andrade
(SETEC/MEC)

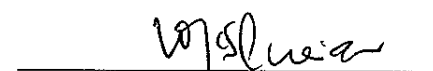

Sandro de Oliveira Pimentel
(Representante do Corpo Técnico Administrativo)

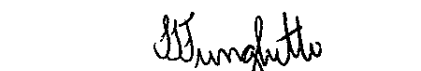

Hélio Chaves Filho
(SEED/MEC)

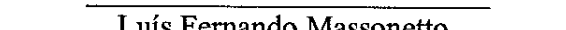

Cláudia Maffini Griboski
(INEP)

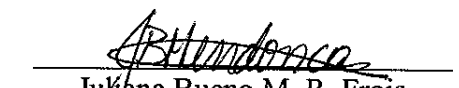

Robert Evan Verhine
(Notório Saber)


Adalberto Grassi Carvalho
(CAPES/MEC)


Maria Clara Kaschiny Schneider
(Notório Saber)


Suzana Schwetz Funghetto
(INEP/MEC)


Luís Fernando Massonetto
(Secretaria de Regulação e Supervisão do MEC)


Juliana Bueno M. R. Frois
(Secretaria Executiva da CONAES)